

Frederico

# FOLHA DE S. PAULO

Endereço de Redação: Otávio Frias Filho

São Paulo, quinta-feira, 28 de janeiro de 1988

Um jornal a serviço do Brasil

Ano 67

N.º 21.484

Al. Barão de Limeira, 425

C. 25.30.700

## Centrão fracassa no primeiro teste

Lula Marques

**ANDRÉ SINGER**

Enviado especial a Brasília

O Centrão tentou ontem, na primeira sessão de votação do plenário do Congresso constituinte, dar uma demonstração de força mas o máximo que conseguiu foi o adiamento da votação em 24 horas. Ficou a impressão geral de que a Constituição não tem mais prazo para ser promulgada. Depois da votação de ontem ninguém mais faz previsões sobre quando o país poderá ter uma nova Carta.

O Congresso constituinte emperrou logo na votação do preâmbulo de um projeto de Constituição que tem mais de 330 artigos, aos quais se acrescentam mais de duas mil emendas e destaques. O que está em votação é o projeto do Centrão, que por ter obtido 200 assinaturas tem preferência sobre o projeto da Comissão de Sistematização. O Centrão obteve para sua proposta de preâmbulo 248 votos, contra 227 e 9 abstenções. Falta-ram à primeira sessão de votação 71 parlamentares.

O Centrão recusou pela manhã um acordo proposto pelo grupo que defende o projeto da Sistematização. Este chegou a propor

que fosse aprovado o preâmbulo do Centrão, desde que o Centrão se compromettesse a aprovar o parágrafo único do artigo primeiro do Título I do projeto da Sistematização. O Centrão não aceitou e preferiu testar sua força em plenário. Fracassou. Precisava de 200 votos (metade mais um dos constituintes) e teve 32 a menos do que isso. À noite, o deputado Ulysses Guimarães propôs novamente às lideranças do Centrão, do PMDB e do PDP o acordo que não havia saído pela manhã. Os líderes aceitaram a proposta de aprovar o preâmbulo do Centrão em troca de uma nova redação do primeiro artigo do título I, feita a partir da fusão dos textos do Centrão e da Sistematização. Hoje, às 13h, Ulysses reúne os líderes novamente para tentar fechar um acordo definitivo.

A disputa ontem foi em torno da concepção de democracia que estará na Constituição. O grupo da Sistematização defende o exercício da democracia direta, além da representativa. O Centrão acha que isso seria ruim para o país.

(continua na pág. A 4)

Leia o opinião da Folha no editorial "Impasse no Constituinte", na pág. A 2

# Centrão fracassa e cria impasse no plenário da Constituinte

Ulysses articula acordo para solucionar fatode preâmbulo do Centrão não ter sido aprovado nem rejeitado no plenário

ANDRÉ SINGER\*  
Enviado especial a Brasília

Continuação da primeira página

O Centrão eliminou em seu projeto um parágrafo da Sistematização que dizia: "Os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo". Este "ou diretamente pelo povo" é que incomoda o Centrão.

O grupo da Sistematização aceita suprimir o tal parágrafo desde que logo abaixo, no Título 1, o Centrão aprovasse que "todo o poder pertence ao povo, que o exerce diretamente, nos casos previstos nesta Constituição, ou por intermédio de representantes eleitos". Como isso significaria, na prática, dar um tom de participação direta à Constituição, o Centrão não quis.

Toda a tarde (a sessão começou às 14h e terminou às 17h38) foi consumida em discursos insossos, aos quais ninguém prestava atenção apesar de algumas estrelas terem ocupado a tribuna (Mário Covas, Afonso Arinos, Plínio de Arruda Sampaio, José Lourenço). Enquanto isso o plenário ia se enchendo de deputados e senadores que se cumprimentavam efusivamente, conversavam, riam e esperavam a hora da votação. A uma certa altura a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) interrompeu a parolagem para dizer no microfone: "Nós estamos aqui para votar". Foi aplaudida [Leia reportagem nesta página].

A votação em si é rápida. Dois oradores defendem a proposta em pauta e dois falam contra. Em seguida o relator pode dizer qual o seu parecer (ontem Bernardo Cabral abriu mão de fazer uso da palavra). Depois os constituintes votam eletronicamente desde seus lugares. Muitos não acham lugar para votar e tem de fazê-lo numa segunda rodada em um "posto avulso de votação". Na primeira rodada votaram 348 parlamentares. Na segunda o número total de votantes subiu para 484. Enquanto todos os presentes não votam, nada aparece no painel eletrônico a não ser os nomes. Encerrada a votação, ao lado de cada nome aparece uma cor (verde para o sim, vermelho para o não e laranja para as abstenções).

Ninguém sabia o que ia acontecer. Quando apareceram no painel os números finais houve um instante de silêncio e em seguida aplausos do grupo da Sistematização. O radical José Genoíno (PT-SP) pedia para que parassem as manifestações, aparentemente com o intuito de não provocar o Centrão. O raciocínio é de que provocado o Centrão se fecha e se une, mas se houver um clima de cordialidade o Centrão se divide. O raciocínio pode estar correto tendo em vista as defecções que o Centrão sofreu na votação de ontem [Leia reportagem na pág. A-6]. Vários de seus membros votaram não.

Hoje é provável que já haja um acordo e a ordem do dia possa ser



José Genoíno (PT-SP) empurra a cadeira de rodas de Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) na abertura da votação

cumprida (preâmbulo e título) [Leia reportagem na pág. A-7]. Mas isso significará aprovar apenas cinco artigos. Se para aprovar cada grupo de cinco artigos o Congresso constituinte levar dois dias, serão necessários cerca de 133 dias corridos para aprovar toda a Carta. São mais de quatro meses, sem contar feriados e fins-de-semana. Os líderes do Centrão, depois da votação, diziam que não tinham conseguido levar 280 constituintes ao plenário porque a matéria era irrelevante. Imagine-se o que vai acontecer quando aparece-

rem as matérias "relevantes" como estabilidade, jornada de trabalho, reforma agrária, para não falar de mandato e sistema de governo.

Na realidade o Congresso constituinte está entrando em uma fase de negociação, necessariamente demorada, que deveria ter ocorrido no ano passado. 1987 foi perdido em um processo mal conduzido, e agora é preciso recuperar o tempo gasto, mas não é fácil. O plenário mostrava ontem que 1987 serviu para que o "grupo da Sistematização", que vem a ser a centro-esquerda mais à

esquerda do Congresso constituinte, montasse o seu projeto. Só que esse projeto deixou de fora, no mínimo, metade do Congresso constituinte, que se unificou fragilmente no Centrão. Agora estão em confronto os dois projetos e a votação de ontem não deixa dúvidas quanto a que a única saída possível é negociar e chegar a consensos negociados, já que nenhuma das duas facções tem capacidade para impor nada sobre a outra. Enquanto isso o país vai à deriva. Quem viver verá.

\* Colaborou a Sucursal de Brasília

## Regimento empurra votação das emendas para um "buraco negro"

Da Sucursal de Brasília

"Buraco negro" é sinônimo de um impasse na votação do projeto da nova Constituição. Pelo regimento interno do Congresso constituinte, todas as emendas precisam de 280 votos para serem aprovadas. Quando nenhuma proposta reúne este quórum, o artigo que está sendo discutido e votado fica sem solução — um "buraco negro".

Ontem, o Centrão apresentou seu preâmbulo. Não houve quórum nem para aprovação nem para rejeição. Se isto se repetir hoje, a emenda fica invalidada. O plenário vota, então, o preâmbulo do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Se esta proposta também não atingir 280 votos para aprovação, o plenário estará diante de um "buraco negro".

Pelo regimento, o trabalho do plenário será suspenso por até 48 horas para que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, redija um texto alternativo aos votados. A solução para o "buraco negro" poderá também ser apresentada pela maioria dos constituintes (280 assinaturas), que tem

direito regimental de preparar uma nova emenda.

Fusão de emendas

Um impasse na votação do projeto da nova Constituição pode ser resolvido pela fusão de emendas. É um acordo por escrito entre as partes envolvidas numa discussão. Basta apenas que os primeiros signatários das emendas a serem fundidas autorizem o "acordo" e que o pedido de fusão seja encaminhado à Mesa antes de iniciada a votação.

Este mecanismo poderá ser empregado na votação de hoje. A maior discordância em relação ao preâmbulo do Centrão votado ontem é com a supressão do princípio da democracia participativa. Há uma emenda do deputado José Guedes (PMDB-RO), defendida pela liderança peemedebista e pelos partidos de esquerda, que resgata o parágrafo do preâmbulo do projeto da Comissão de Sistematização com a redação deste princípio.

Se Guedes e o deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), o primeiro constituinte que assinou a emenda coletiva do Centrão, autorizarem a fusão das emendas, o impasse da votação do preâmbulo poderá ser evitado.

## Sessão começa vazia e acaba em perplexidade

Do enviado especial a Brasília

Perplexo e com seu amor próprio de exímio negociador machucado, o senador José Richa (PMDB-PR) afrouxou a gravata e desabafou cabisbaixo: "Agora se vê que droga que ficou esse regimento interno." A seu lado, também entristecido, outro senador, Virgílio Távora (PDS-CE), complementava: "Como teste, já é muito grave. É nitida a perspectiva de bloqueio de nossos trabalhos."

Ambos lideravam um dos sete ou oito grupos que se formaram por volta das 17h50 no plenário da Câmara, tão logo consumou-se o primeiro impasse desta última etapa do Congresso constituinte. Em torno do senador Mário Covas (SP), líder do PMDB, uma bizantina discussão regimental mais complicava que esclarecia o rumo de uma saída satisfatória. Dois dos oráculos da bancada do lado direito, o deputado Delfim Netto (PDS-SP) e o senador Roberto Campos (PDS-MT), distribu-

iam conselhos a frustrados constituintes do Centrão.

Era o desfecho, mais que previsível, de uma sessão aberta às 14h em ponto na mais absoluta indiferença. Embora 319 deputados e senadores já estivessem no Congresso, apenas dez se dignavam em ocupar uma poltrona em plenário. O exemplo do deputado Lézio Sathler (PMDB-ES), "primeiro a chegar por causa de minha tradição alemã de pontualidade", estava sendo tão desprezado quanto nos inícios de sessões com assuntos de importância secundária em pauta. Depois de seis minutos de sessão, já eram 62 constituintes no plenário. As 15h30, beiravam a casa dos 300, para no momento da votação totalizarem 484.

"Peripatético"

Conforme aumentava a densidade de constituintes por metro quadrado, mais difícil ficava a movimentação

de três deles que integram a escuderia de cadeiras de rodas. Aos habituais Iram Saraiva (PMDB-GO) e Ivo Lech (PMDB-RS), agora também se juntava Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que obrigava seus interlocutores a sucessivos exercícios de curvatura da coluna vertebral para cochicharem alguma coisa a seus ouvidos. "Isso me limita muito. Afinal, sou um peripatético", dizia Cardoso Alves, sorrindo.

Enquanto os conchavos prosseguiam tensos e inconclusivos, fazendo com que a votação finalmente demonstrasse um impasse, o burburinho de deputados e senadores enchia de decibéis o recinto, de maneira a demonstrar o pouco caso feito aos oradores que subiam à tribuna. Nem o presidente do Congresso constituinte, o normalmente respeitado Ulysses Guimarães, recebeu tratamento diferenciado. Quando ele se lançou num monótono resumo das novas regras regimentais, o café dos deputados,

localizado na parte posterior do plenário, bateu provavelmente o recorde de frequência da tarde.

As conversas, animadas, só beiravam o bate-boca quando Gastone Righi (PTB-SP) e Roberto Freire (PDB-PE) discutiram, em tête-à-tête, o uso de fundos públicos em hospitais particulares. A três metros de distância, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) dava um novo bocejo, enquanto jornalistas e assessores se atropelavam em busca de informações. Ao fundo do plenário, dando e distribuindo beijos e abraços como se fosse aniversariante — seu aniversário é em verdade em junho —, Cristina Tavares (PMDB-PE) movimentava-se freneticamente, contrastando com a sisudez parada do discreto Marco Maciel (PFL-PE), presidente nacional de seu partido. A votação se aproximava e o Centrão estava para ser derrotado em seu primeiro vestibular. (João Batista Natali)